

A caixa de ferramentas do analista: possíveis intervenções em psicanálise

Élvis Herrmann Bonini¹

RESUMO

A clínica psicanalítica demanda diferentes intervenções com observância às diferentes modalidades de produções psíquicas dos sujeitos em análise. O objetivo do artigo foi revisar algumas intervenções já bem consolidadas na psicanálise com um intuito didático aos iniciantes do trabalho analítico desde uma perspectiva teórica-técnica. Para tal, foi realizado um artigo aos moldes de uma revisão narrativa contendo as seguintes possibilidades de intervenção: associação livre, assinalamento, ligação, tradução, construção, simbolizações de transição e interpretação.

PALAVRAS-CHAVE: Técnica psicanalítica; clínica psicanalítica; intervenções.

Introdução

A prática da clínica psicanalítica, muitas vezes, deixa os iniciantes em uma situação delicada: “esta intervenção que fiz... o que é? Uma interpretação? Uma tradução?”. Dúvida de muitos e que, inclusive, até os analistas mais experientes, vez ou outra, se perguntam quando refletem sobre suas intervenções. É neste contexto que se localiza nosso ponto de partida.

¹ Psicanalista pela Constructo Instituição Psicanalítica. Integrante do corpo docente da Constructo Instituição Psicanalítica.

O intento dessa produção é esclarecer algumas possíveis intervenções da caixa de ferramentas do analista. Este artigo tem como propósito auxiliar os iniciantes no trabalho analítico desde uma perspectiva teórica-técnica. Teórica porque visa buscar os fundamentos metapsicológicos implícitos na intervenção dentro de um contexto metapsicológico e, por outro lado, técnica, pois está indissociavelmente ligada ao caráter prático da tarefa clínica.

1. Antes de escolher as ferramentas da caixa... qual o objeto de trabalho?

Antes de darmos início propriamente dito, faz-se necessário uma breve reflexão de caráter científico. A filosofia da ciência, juntamente com desdobramentos da metapsicologia pós-lacanianiana – em especial a partir das ideias de Silvia Bleichmar – postulam a importância da definição do objeto do analista. Por excelência, nosso objeto de trabalho e investigação é o inconsciente. Entretanto, de maneira recorrente nos deparamos com situações não-neuróticas na qual o inconsciente não está totalmente constituído, ou, ainda, com aspectos da vida psíquica que não estão operando de modo neurótico. Isso significa que, no momento do trabalho analítico, durante o trabalho de escuta do sofrimento psíquico, o analista deve ter a proficiência de avaliar qual extrato da vida psíquica a fala do paciente se caracteriza.

Estamos falando de um diagnóstico metapsicológico não em termos de aparelho psíquico em sua totalidade, mas sim de um exercício metapsicológico em relação ao fragmento clínico em si. Evidentemente, tais fragmentos clínicos não devem ser compreendidos desconectados de uma série psíquica conforme o próprio Freud assinala. Entretanto, parte-se do pressuposto de uma heterogeneidade do aparelho psíquico em

algumas situações, isto é, um mosaico constituído de diferentes porções e complexidades psíquicas, com base no determinismo do inconsciente, da pulsão e seus possíveis destinos.

Dessa forma, quando o analista escuta o analisando sobre seus sofrimentos, há uma atribuição metapsicológica para o sofrimento. Como ocorre esse processo? O pensamento clínico fundamenta-se naquilo que a metapsicologia freudiana nos ensina: formação de compromisso, uso metafórico da linguagem, processo secundário, energia ligada, entre outros aspectos. Nesses casos, estaríamos diante de um conteúdo que já passou pelo crivo do recalçamento e tramita dentro do psiquismo de maneira segura para o sistema PCS-CS.

Entretanto, também podemos nos deparar com conteúdos que não passaram por esse processamento e estariam em níveis menos complexos de elaboração psíquica. Utilizando a terminologia da Carta 52 de Freud, estaríamos diante de inscrições que não foram retranscritas. Frequentemente, esse material se expressa por meio de escasso simbolismo como, por exemplo, psicossomatizações ou em quadros de angústia intensa. Nesses casos, estamos diante de produções psíquicas que apontam falhas nos processos de representabilidade psíquica.

Além disso, compreender o sofrimento psíquico e a psicopatologia psicanalítica exclusivamente a partir de quatro categorias clínicas – neurose, psicose, perversão e estados fronteiros – mostra-se insuficiente na medida em que a história da constituição psíquica, bem sabemos, não é simples e nem linear. Em cada momento desse processo, o sujeito se vê diante de tarefas específicas para complexização desse aparelho. Reduzir essa complexidade pode conduzir mais a uma cegueira analítica e ao divã de Procusto do que realmente fazer trabalhar a psicanálise da maneira mais rica que ela pode oferecer.

Assim, o intuito deste artigo não é fazer um retomado da psicopatologia psicanalítica ou ainda, dos tempos de constituição psíquica. Aqui há uma miríade de possibilidades que devem ser entendidas com profundidade. No entanto, cabe a seguinte pergunta: como escolher a ferramenta certa sem nos apoiarmos na metapsicologia e psicopatologia? É importante, assim, pensarmos: diante da caracterização e entendimento metapsicológico do objeto (fala do sujeito) será escolhida a ferramenta técnica que é *compatível*. Compatibilidade, aqui, em um sentido quase mecânico: não se toma sorvete com faca ou garfo, mas com colher. Assim, também é a prática analítica. Primeiro define-se o objeto, posteriormente, escolhe-se a intervenção compatível e necessária.

2. As ferramentas do analista

2.1 A (absoluta) regra fundamental

A associação livre constitui o método fundamental da psicanálise, remontando aos primórdios da prática clínica de Freud (1895/2006a), especialmente em *Estudos sobre a histeria*. Segundo Laplanche, trata-se da regra que estrutura a situação analítica, pela qual o analisando deve dizer tudo o que pensa e sente, sem esconder, omitir ou selecionar conteúdos, ainda que estes lhe pareçam desagradáveis, irrelevantes ou ainda pareçam sem sentido (Laplanche; Pontalis, 2008).

Trata-se de um ponto de partida em que a liberdade do paciente em trazer o material que desejar ao espaço analítico permite que ele escolha os temas a serem abordados e, a partir deles, realize suas associações na presença do analista. Nesse sentido, Freud recomenda que o analisando comunique tudo aquilo que lhe ocorre, justamente porque os elementos que escapam ao fio condutor da narrativa sinalizam aspectos importantes a serem investigados, denunciando a ação do inconsciente.

Convém lembrar que Freud compreende que o discurso pré-consciente-consciente é determinado por representações-meta inconscientes. Em outras palavras são representações que, quando estão mais intensamente investidas, determinam o fluxo associativo. Desse modo, a associação livre fundamenta-se em um princípio determinista: as representações-meta guiam o discurso do sujeito.

Nesse contexto, torna-se importante distinguir a associação livre (*Einfall*) de outras associações. De acordo com Hanns (1996, p. 279), *Einfall* comporta as seguintes acepções: “A) penetração e queda; B) súbito; c) ideia que vem de alhures e acomete o sujeito”. Tais significados remetem a uma concepção mais específica do que a expressão associação livre (*Einfall*) poderia sugerir. Estaríamos diante de algo que ocorre ao sujeito de forma súbita, inesperada, penetrando-o desde fora do domínio do ego pré-consciente-consciente.

Por sua vez, *Assoziation* (associação) é outro termo utilizado ocasionalmente por Freud e refere-se à interligação entre representações (*Vorstellungen*).

Entretanto, normalmente quando [Freud] fala em associações (*Assoziationen*), Freud se refere aos processos neuronais ou representacionais que interligam em rede as representações ou afetos, enquanto *Einfall* é habitualmente empregado para descrever o fluxo de “ideias súbitas” que vão ocorrendo e sendo verbalizadas pelo paciente em sessão (Hanns, 1996, p. 275-276).

Assim, embora a regra da associação livre proponha ao analisando uma determinada forma de apresentar o material psíquico em análise, existe uma diferença relevante entre *Einfall* e *Assoziation*. No momento em que o analisando relata um sofrimento a partir de uma determinada situação e o analista, inicialmente, solicita maiores esclarecimentos, o que se produz

são *Assoziationen*; isto é, outras representações relacionadas ao tema em questão, mas que não necessariamente correspondem às representações-meta inconscientes. Em outras palavras, trata-se de representações que acompanham a queixa inicial e auxiliam o analista na compreensão da situação apresentada.

Essa diferenciação metapsicológica, embora simples, possui importantes repercussões técnicas. Ao escutar a queixa inicial do analisando, o analista deve escutar tanto as *Einfall* ou *Assoziationen*. Entretanto, há situações em que o discurso do paciente necessita de mais *Assoziationen*, de mais associações entre representações. É neste contexto que surgem perguntas como: “Desde quando isto se passa?”, “O que você experimenta afetivamente com essa situação?”, “Isto já aconteceu em outras ocasiões?”. Tais questionamentos favorecem a produção de novas associações (*asoziationen*), ampliando a compreensão clínica da queixa e, simultaneamente, excitando no sentido energético as representações-meta inconscientes, favorecendo o surgimento de *Einfall*. Espera-se, assim, que o analista disponha de mais elementos para formular suas hipóteses clínicas.

Cabe, entretanto, uma advertência. O analista questiona na medida em que cessam as associações, sejam *asoziationen* ou *einfall*. Tal conduta é relevante porque permite avaliar, simultaneamente, o quanto o sujeito consegue construir uma narrativa sobre aquilo que se queixa. Outra advertência importante refere-se ao emprego da regra fundamental em situações não neuróticas. Nesses casos, a fala do analisando pode apresentar características mais próximas daquilo que Freud descreve como energia livre, ou seja, uma fala em que as quantidades não estão ligadas e, portanto, com maior deslocamento entre uma representação e outra. Isso indica que as defesas egóicas estão insuficientemente constituídas em relação ao material em questão. Nessas circunstâncias, o analista deve agir com cautela sempre que o analisando não dispõe de condições necessárias para

associar – aqui no sentido restrito de *Assoziationen*.

A ética do analista intervém fazendo com que haja uma restrição do discurso enquanto as primeiras ligações vão ser realizadas promovendo um trabalho egóico de inibição e ligação das quantidades pulsionais. Desse modo, cabe ao analista avaliar cuidadosamente os riscos de desestruturação egóica quando demanda associações ao paciente.

Assim, a regra da associação livre evidencia-se como a ferramenta técnica do analista mais fundamental. Por meio dela, o analista recolhe tudo aquilo que ocorre ao paciente, mantendo simultaneamente a atenção flutuante, a abstinência e a neutralidade – ou, nos termos de Laplanche, com as recusas constitutivas do espaço analítico.

Por fim, é importante destacar que o material associado enquanto *Assoziation* nem sempre corresponde a derivados do inconsciente. O analista pode escutar associações de diferentes estatutos: desde fragmentos representacionais aos modos de signos de percepção conforme Freud descreve ou ainda de maneira mais teorizada, o arcaico proposto por Silvia Bleichmar. Fragmentos metonímicos que não fazem parte de uma representação. Cabe ao analista realizar o diagnóstico metapsicológico desse material – quase como uma *biópsia psíquica* - para que possa avançar na compreensão e escolher suas ferramentas mais adequadas ao longo do tratamento.

2.2 Assinalamento

Embora relativamente pouco teorizado na literatura psicanalítica, o assinalamento constitui uma intervenção amplamente utilizada na prática clínica. De acordo com Etchegoyen (2004), assinalamento é uma intervenção que circunscreve uma área de observação com o objetivo de favorecer que o paciente detenha sua atenção sobre determinado aspecto de

seu discurso e produza mais informações a respeito. Além disso, funciona como uma pontuação que permite ao analisando voltar-se para um conteúdo produzido por ele próprio, auxiliando o processo investigativo do material psíquico. Segundo o autor, no assinalamento o analista:

[...] não tem o propósito de informar especificamente o paciente, mas de fazê-lo fixar a atenção em algo que apareceu e que, em princípio, o próprio terapeuta não saber que significado pode ter (*ibid.*, p. 118).

Relacionamos isto com a proposta de Freud da atenção flutuante, isto é, com o objetivo de dar o mesmo peso a todas as associações que o analisando produziu. Ademais, essa intervenção deve ser utilizada justamente quando o processo de investigação a partir das livres associações está em curso, de modo a destacar as informações recebidas e deixando exposto os fragmentos disponíveis até o momento, antes de uma construção ou ainda uma interpretação.

2.3 Ligação

O termo em alemão utilizado por Freud é *Bindung*, geralmente traduzido como “ligação” ou “vínculo”. De acordo com Hanns (1996) seu significado na língua alemã remete à ideia de relação ou vínculo afetivo com algo ou alguém (relações de amizade, comunicação, afinidade, relação amorosa, compromissos) sem implicar necessariamente uma conexão lógica, mas algo que enlaça e mantém unido. Um segundo conjunto de significados refere-se às ideias de fixar, atar ou amarrar. Além disso, o termo também comporta sentidos relacionados à conexão e à articulação.

Na obra freudiana, *Bindung* é utilizado principalmente na acepção de fixação ou amarração. Isso pode ser atestado quando rastreamos a ideia de

ligação no texto *Projeto para uma psicologia científica* (1895/2006b). Trata-se de um texto em linguagem neurológica em que Freud tenta explicar o funcionamento do aparelho psíquico tendo como base a ideia de N (neurônio). Os neurônios poderiam estar investidos com uma quantidade exógena ou endógena.

A ideia de ligação presente nesse texto é justamente quando há uma ligação (*bindung*) entre uma quantidade e um neurônio, ou, ainda, em linguagem corrente psicanalítica, uma *bindung* entre uma quantidade na forma de angústia ou outro afeto menos elaborado a uma representação. Essa operação psíquica inibiria o processo primário no qual há livre circulação de quantidades dentro do psiquismo deixando a economia do aparelho mais estável e, assim, resultando no processo secundário.

Referimos o próprio Freud quando fala sobre a ligação, o ego e o pensamento:

Se quisermos conciliá-los, chegaremos à hipótese do que é, por assim dizer, um *estado ligado* do neurônio, que, embora na presença de uma catexia elevada, permite apenas uma corrente pequena. [...] Ora, o próprio ego é uma massa de neurônios dessa espécie, que se agarram a suas catexias – isto é, que estão em estado ligado, e isso, com toda a certeza, só pode suceder como resultado de seus efeitos mútuos. [...] Assim, os processos de pensamento seriam mecanicamente caracterizados por esse estado de ligação, que combina uma catexia elevada com uma corrente pequena. É possível conceber outros processos em que a corrente seja proporcional à catexia – os processos com descarga desinibida (*ibid.*, p. 423-424).

Na prática clínica, o cenário do uso desta intervenção ocorre após a investigação do analista com sucessivas perguntas ao analisando sem que

este chegue a um entendimento melhor sobre seu sofrimento. Seguido deste momento, o analista, então, faz uma oferta de ligação do material psíquico em questão com uma representação ou grupo de representações para que o analisando avalie a compatibilidade da proposta e, conseqüentemente, valide e incorpore essa proposta na sua série psíquica. Vale lembrar que um processo analítico é composto, muitas vezes, por momentos mais ligados do que interpretativos a partir do tempo específico do analisando, recrutando também a paciência do analista no tempo dos sujeitos em processo analítico.

Algumas recomendações são importantes. O analista deve propor uma ligação após se certificar de que não há mais associações do analisando – como maneira de não propor uma sugestão e estimular a capacidade autotradutiva e autoteorizante do analisando. Além disso, mesmo sendo uma proposta que seja de origem do analista, é importante que haja o crivo de aprovação do próprio paciente para tal. É da alçada do paciente o juízo se a proposta faz ou não sentido e a posterior incorporação disto ao seu pensamento sobre o tema.

2.4 Tradução

Übersetzung é o termo utilizado por Freud (1896/2006) na célebre “Carta 52” para se referir ao processo tradutivo do material psíquico de um registro a outro. Esse modelo de aparelho psíquico é considerado ponte conceitual entre o *Projeto para uma psicologia científica* (1895/2006b) e *A interpretação dos sonhos* (1900/2006). Uma breve revisão desse modelo nos permite compreender a tradução como uma operação psíquica fundamental e, posteriormente como uma possibilidade técnica no trabalho analítico.

Freud (1896/2006) concebe o aparelho psíquico como aberto ao real para novas percepções. *W* (*Wahrnehmungen*, percepções em alemão) seria a

instância na qual a consciência e a percepção estariam ligadas. Entretanto, não há registro das percepções. É somente em Wz (*Wahrnehmungszeichen*, signos de percepção) onde há o primeiro registro das percepções. Aqui estamos diante de fragmentos perceptivos que são derivados dos órgãos dos sentidos: cheiros, gostos, imagens, estímulos táteis e sons. Nesse registro Freud postula a ideia de que há a possibilidade de associação por simultaneidade. No registro seguinte, Ub (*Unbewusstsein*, inconsciência) existe uma associação por outras relações, talvez causais adverte o autor. Aqui existe o registro de lembranças conceituais, isto é, já há um agrupamento dos signos de percepção em uma representação. Posteriormente, existem a Vb (*Vorbewusstsein*, pré-consciência) e a Bew (*Bewusstsein*, consciência) as quais operam com uma consciência secundária do pensamento.

Em adição a estes registros Freud ainda diz que os registros sucessivos representam realização psíquicas de tempos posteriores da vida psíquica e que “[...] na fronteira entre essas épocas deve ocorrer uma tradução do material psíquico” (*ibid.*, p. 283). Isto é, o material psíquico percebido por W, e registrado em Wz, sofre transcrições, ou ainda, o material fragmentado é *traduzido* segundo outros nexos associativos. O mesmo material que no registro de Wz era associado somente por simultaneidade, vai ser compreendido e complexizado à medida que é traduzido. Isso possibilita que ele esteja disponível para fazer outros tipos de relações ao passo que ele próprio esteja mais traduzido. Em outros termos, quanto maior o grau de tradução de um conteúdo, maior sua capacidade de estabelecer relações com outros elementos do psiquismo. Freud acrescenta:

Cada transcrição subsequente inibe a anterior e lhe retira o processo de excitação. Quando falta uma transcrição subsequente, a excitação é manejada segundo as leis psicológicas vigentes no período anterior e consoante as vias abertas nessa época. Assim, persiste um anacronismo: numa determinada

região ainda vigoram os “fueros”; estamos em presença de “sobrevivências” (*op. cit.*).

Apesar de ainda não ter anunciado oficialmente a importância do aspecto econômico, mas já ter trabalhado extensivamente desde o *Projeto*, surge uma adição interessante e fértil clinicamente. Quando um material psíquico não é traduzido, isto é, quando não passa para outro registro ganhando assim novas possibilidades de complexização, a excitação fica vigente conforme o modo atual. Quanto menos complexo, mais excitação. São essas transcrições que permitem que o ego esteja mais ligado e, assim, mais fortalecido para poder lidar com as quantidades que permeiam o aparelho psíquico, bem como a possibilidade de teorização no aspecto qualitativo.

É nesse contexto que podemos compreender os estados de angústia maciços ou ainda passagens ao ato que não foram traduzidos psiquicamente pelos sujeitos. São conteúdos sem uma narrativa significativa ao redor do sofrimento psíquico, mas que estão ligados minimamente a signos de percepção ou em representações-coisa. Trata-se de quantidades que não foram suficientemente traduzidas, ou seja, complexizadas, teorizadas pelo sujeito. Convém lembrar conforme nos indica Laplanche que novas traduções são sempre possíveis, mesmo para conteúdos que já foram retraduzidos. Dessa forma, o sujeito sempre poderá contar com essa operação psíquica, já que o ser humano é autoteorizante e autotradutivo de forma constante.

De forma sintética, a tradução refere-se a um material psíquico que já está minimamente ligado a um nexos associativo e que será complexizado gerando uma narrativa psíquica mais rica. Ela se difere da ligação justamente porque nesta última estamos diante somente de quantidades não ligadas a um aspecto representacional. Conceitualmente, poderíamos dizer que a ligação é um trabalho anterior à tradução.

Cabe dizer, também, que tanto a ligação quanto a tradução são operações psíquicas que o próprio aparelho é capaz de realizar. A técnica da tradução, assim como a ligação, é ofertada ao analisando em um momento específico: quando o sujeito não consegue produzir novas associações diante do material. Estaríamos diante de uma certa aridez associativa ou ainda de uma ausência da narrativa egóica. Trata-se, também, de uma *oferta* porque é o analisando que validará essa possível tradução que está sendo trazida pelo analista resultando, assim, em um trabalho artesanal em dupla.

2.5 Construção

A construção é um termo técnico introduzido por Freud em *Construções em análise* (1937/2006). Trata-se de uma intervenção parecida com a do trabalho do arqueólogo, conforme Freud adverte, assim como o arqueólogo vasculha restos históricos para fazer relações e construir imaginariamente o cenário em questão, o analista também faz algo semelhante com diversos fragmentos de que dispõe no tratamento analítico. Esses fragmentos são numerosos: situações transferenciais, sonhos, associações livres, repetições de afetos etc. Vale lembrar que são fragmentos que já estão perpassadas pelo processo secundário, isto é, são fruto do processo de recalçamento e simbolização e, portanto, se encontram operando dentro do duplo eixo da linguagem.

Desta forma, o analista constrói uma hipótese que faça relações entre os fragmentos que reuniu a partir do relato do paciente. Após isto, comunica-lhe a hipótese para que possa ser validada ou não.

Diz Freud:

O analista completa um fragmento da construção e o comunica ao sujeito da análise, de maneira a que possa agir sobre ele; constrói então um outro fragmento a partir do novo material que sobre ele

se derrama, lida com este da mesma maneira e prossegue, desse modo alternado, até o fim. [...] Trata-se de uma “construção”, [...] aproximadamente da seguinte maneira: “Até os onze anos e idade, você se considerava o único e ilimitado possuidor de sua mãe; apareceu então um outro bebê e lhe trouxe uma séria desilusão. Sua mãe abandonou você por algum tempo e, mesmo após o reaparecimento dela, nunca mais se dedicou exclusivamente a você. Seus sentimentos para com ela se tornaram ambivalentes, seu pai adquiriu nova importância para você...”, e assim por diante (*ibid.*, p. 279).

Freud, preocupado com as críticas em relação a esta técnica indicar uma proximidade com a sugestão, também refere sua defesa em relação a este ponto de vista argumentando que o analisando tem juízo próprio para comunicar uma negativa da hipótese ofertada. Ainda, refere que esse tipo de erro ocorreria a analistas que tentariam impor uma narrativa sem levar em conta a avaliação do analisando. Em cenário contrário, quando há sucesso da construção ofertada, Freud relata que o paciente responderia com novas associações que contenham algo semelhante ou análogo ao conteúdo da construção.

De uma maneira geral, a construção, assim como a ligação e a tradução são propostas que são realizadas ao analisando, e demandam um trabalho psíquico interno de avaliação de compatibilidade. Isto é, uma apreciação crítica do analisando sobre a construção em questão – não sem a resistência também estar possivelmente envolvida no aceite ou declinação da construção.

O leitor pode se perguntar “Qual a diferença então entre uma construção e uma ligação ou ainda com uma tradução?”. A resposta depreende uma diferença simples: a ligação e a tradução tratam de conteúdos ou grupos de

representações de maneira isolada, enquanto a construção articula mais de um grupo representacional para formar uma narrativa psíquica mais corpulenta.

2.6 Simbolizações de transição

Trata-se de um tipo de intervenção teorizada por Silvia Bleichmar (2015) a partir de seus estudos da metapsicologia de aparelhos psíquicos com aspectos não-neuróticos. A autora se dedicou a pensar os inícios da constituição psíquica e suas falhas, tendo como base o seu trabalho com crianças e a clínica de pacientes com patologias graves. É nesse contexto que foram desenvolvidas as ideias de arcaico e de originário.

O arcaico refere-se a um material psíquico que não foi metabolizado, ou seja, não foi traduzido pelo ego pré-consciente-consciente e cujo resto não foi fixado (recalcado) no inconsciente. Nesse cenário, estaríamos diante de um material psíquico que estaria sem um lugar definido na tópica psíquica, que opera como fragmento da realidade psíquica aderido ao vivenciado, inscrito, mas não articulado em nenhum dos dois sistemas que se regem por legalidades e conteúdos diferentes. Cabe lembrar também que tais conteúdos se apresentam como modalidades compulsivas da vida psíquica, constituindo o traumático não sepultado no inconsciente e não articulável a uma narrativa psíquica (*ibid.*).

Diferentemente, os conteúdos do originário são representações psíquicas que passaram pelo processo de metabolização e que originaram o sistema inconsciente. Dessa forma, encontram-se fixados em uma tópica psíquica e operam segundo o processo primário além de possibilitar a formação de derivados.

Bleichmar (*ibid.*) refere que, pelo fato de o arcaico não estar ligado, isto é, estar desprendido de qualquer articulação e remeter apenas a si mesmo

como resto do real vivido, quando há tentativa de interpretação do analista, esta cai no vazio. Isto também elucidaria o motivo pelo qual o analisando não realiza associações livres desse material.

Assim, Bleichmar (*ibid.*) recorre a Semiótica de Peirce para utilizar a ideia de indício: um fragmento que não faz referência a um todo, a um conjunto. Importa destacar também que o indício é um método de leitura de determinado conteúdo e parte do pressuposto que há um sujeito que se pergunta sobre ele. Se estamos diante do arcaico do sujeito, algo está inscrito, mas não retranscrito, ou o eu não se apropriou metabolicamente deste conteúdo. É o analista quem busca uma complexização maior.

Podemos exemplificar essa diferença de índice e símbolo. Se vemos uma cruz de madeira, sabemos que esse objeto faz referência simbólica a um conjunto mais amplo, a saber, o cristianismo. Mas, se estamos diante apenas de uma farpa de madeira, não temos uma referência a um todo; temos apenas um fragmento desarticulado de qualquer nexo ou eixo representacional. Aqui abre-se uma pergunta “Do que isto se trata? É fragmento do quê?”.

Esse tipo de material psíquico abre inúmeras possibilidades tradutivas. Tudo é possível, já que não há código que ajude a compreender o arcaico. Bleichmar (1998) recorre, então, à lógica filosófica para construir a ideia das simbolizações de transição, retomando as ideias de dedução, indução e abdução.

A dedução refere-se a uma inferência realizada a partir de uma regra geral e aplicada a algo em específico. Por exemplo: todos os homens são mortais (regra geral). Sócrates é um homem (apresentação da situação em específico e identificação que Sócrates pertence a categoria de homem). Logo, Sócrates é mortal (dedução da regra geral para o caso específico). Diferentemente da dedução, a indução parte do princípio oposto, isto é, do específico para o geral. Por exemplo: Sócrates é um ser humano e mortal (caso específico).

Os espartanos são humanos (outro material é introduzido). Logo, os espartanos são mortais (indução para conteúdo geral).

O método da abdução diferencia-se da indução e da dedução porque não há uma relação de referência ao que vem anteriormente, isto é, não há uma referência a Sócrates conforme os exemplos anteriores. Na abdução, constrói-se uma hipótese a partir da simultaneidade de dois elementos que, a princípio, não estavam relacionados. Em termos clínicos, estaríamos diante de um material arcaico que não está relacionado a nenhum outro elemento. O analista formula hipóteses levando em consideração o contexto e os outros elementos disponíveis na história em questão sem usar um método dedutivo (“o Édipo é para todos então provavelmente essa seja a questão para você”) e nem dedutivo (“se você me disse isso antes e entende-se que esse material quer dizer isto, então é certo que esse segundo fragmento também se refira a mesma coisa”).

Evidentemente, existe um ponto sensível nesta intervenção. Há uma proposta de algo que pode não ser compatível com aquilo que se passa com o analisando. Contudo, contamos com a avaliação do próprio paciente para que ele possa aceitar ou recusar essa proposta. Ademais, mesmo que a proposta de pontes de simbolização seja compatível, porém não totalmente adequada, ela promove uma movimentação do processo simbólico, possibilitando uma maior teorização legítima do sujeito sobre o aspecto em questão.

O leitor pode se perguntar: qual a diferença, então, entre a construção proposta por Freud e as pontes de simbolização proposto por Silvia Bleichmar? A primeira é indutiva: já existem elementos que possibilitam uma interpretação, um código interpretativo, justamente porque há fragmentos associativos, transferência, sonhos, que dão notícias disso. Pontes de simbolização são abduativas: hipóteses com uma relação possível

de causalidade. Além disso, a primeira já passou por recalçamento e as representações já operaram segundo a lógica do processo secundário, enquanto o objeto para as pontes de simbolização são elementos do arcaico. Uma última distinção se refere que o conceito de construção de Freud busca por reconstruir uma história que, em algum momento, já foi compreendida, interligada e consciente e que, posteriormente, foi recalçada e enviada ao inconsciente. O material psíquico das pontes de simbolização nunca teve *topos* psíquico, nunca fez parte de nenhuma instância e carece de trabalho anímico.

2.7 Interpretação

A interpretação é uma ferramenta clássica descrita por Freud ao longo de toda a sua obra. No entanto, cabe fazer um esclarecimento importante. Durante boa parte de sua produção teórica, Freud deteve-se principalmente no campo psicopatológico da neurose e, por consequência, em uma metapsicologia específica que caracteriza esse quadro.

Freud trabalhou extensivamente essa categoria psicopatológica e no método da associação livre. É nessa seara que o autor introduz a ideia da sexualidade ampliada e que os amores incestuosos e rivalidades recalçadas, provenientes do período edípico, promovem o retorno do recalçado e impõe ao ego algum tipo de satisfação.

No espaço analítico, Freud identificou que o fenômeno neurótico também se caracteriza por três aspectos: a compulsão à repetição, à resistência e à transferência. O sujeito estaria fadado a repetir situações, afetos, ou narrativas com um forte senso de atualidade, sem relacioná-los à sua própria história pulsional pregressa. Essa repetição é considerada inconsciente, visto que havendo o recalçamento operado, outras representações ou grupo de representações tomam para si o afeto residual do processo de

recalcamento. Freud também percebe que, mesmo “tornando o inconsciente em consciente”, conforme uma das primeiras ideias psicanalíticas, o sujeito ainda assim, estaria em vias de repetição, justamente pelo fator da resistência, intrinsecamente ligado ao recalcamento. Assim, pode-se dizer que as repetições, embora custosas ao ego consciente, ainda trazem alguma sorte de satisfação ao inconsciente. Tal situação encontra na transferência uma via que permite essa conflitiva seja expressa com maior intensidade. É nesse âmbito que a transferência também denuncia as repetições do sujeito neurótico com a figura do analista.

Dessa forma, os indicativos de um quadro mais próximo de uma neurose mostram que o sujeito está revivendo, pela via da transferência, conflitos edípicos anteriores, a partir de suas repetições, suas resistências ao se aproximar do recalcado, e pelos sintomas e inibições presentes em sua vida. Todos estes elementos revelam a existência de algo que se apresenta no discurso do paciente sem um sentido consciente. Este é o cenário adequado para que a interpretação, como intervenção analítica, seja realizada, já que ela tem o propósito de desvelar um sentido que não está presente no discurso manifesto do paciente.

Partindo do pressuposto freudiano de que na neurose existam derivados do inconsciente e da existência de um método para solução destes, Freud refere que o método da interpretação dos sonhos e do entendimento dos sintomas neuróticos é o mesmo. Nos diz: “Quando esse tipo de representação patológica pode ser rastreado até os elementos da vida mental do paciente dos quais se originou, a representação ao mesmo tempo se desarticula, e o paciente fica livre dela” (Freud, 1900/2006, p. 135-136).

Partindo do modelo clássico do sonho, Freud refere que tanto os sonhos quanto os sintomas são fruto de um conflito: moções pulsionais inconscientes que tentam satisfação no polo motor, mas que são barrados pela censura

do aparelho psíquico. Como forma de resolução desse conflito, o aparelho psíquico encontra outras representações, pela via do deslocamento e da condensação, que se prestam a atender à demanda pulsional do sujeito e, ao mesmo tempo, respeitam a censura egóica. Desse modo, estabelece-se uma formação de compromisso entre essas duas tópicas, momento em que a capacidade simbólica do sujeito entra em cena.

Logo, o objeto que é alvo de uma interpretação consiste em uma representação ou grupo de representações resultantes de operações psíquicas prévias envolvendo o recalçamento, a simbolização além da formação de compromisso. Essa configuração, quando transposta para o campo da psicopatologia, resulta no campo da neurose.

Dado a configuração metapsicológica do objeto compatível com a técnica da interpretação, passemos agora para um entendimento maior da técnica em si. De acordo com Laplanche e Pontalis (2008), interpretação é o ato de destacar um sentido latente nas palavras e comportamentos de um sujeito, fruto de um conflito intersistêmico do aparelho psíquico no tratamento analítico. Dessa forma, a interpretação é uma ferramenta específica para situações em que existem derivados do inconsciente.

Laplanche traz sua contribuição sobre a interpretação:

Nesta condição, o método psicanalítico tem uma finalidade de desestruturação. Busca elementos ocultos onde não eram esperados. Desestabiliza conjuntos coerentes sobre os quais uma vida inteira pode ter-se organizado (ideologias, visão de si mesmo e dos outros, esquemas narrativos, romance pessoal etc.) para designar suas peças desconjuntadas. O método da psicanálise baseia-se na livre-associação (que pode ser melhor designado como método “associativo-dissociativo”), nas interpretações do

analista – ou seja (no sentido do texto “Construções em análise”), o modo de assinalar, de “apontar” a presença de um elemento insólito, vizinho do inconsciente – e nas reconstruções de um processo de defesa (Laplanche, 2015, p. 261).

Dito de outra forma, a interpretação tem como propósito apontar algo inconsciente que insiste em se manifestar na vida do sujeito e que o analista, ao realizar uma interpretação promove um desmonte a medida em que faz referência ao recalcado existente. Tal operação é realizada a partir de um denominador comum entre transferência, resistência e repetições dos conteúdos psíquicos do analisando. É quando o analista está munido de uma hipótese consistente sustentada pelos achados clínicos, realiza uma interpretação.

Contudo, a análise de um sujeito neurótico não é composta exclusivamente de escuta e interpretações. Laplanche (*ibid.*) refere que ela também comporta momentos de psicoterapia, isto é, momentos de maior trabalho de historização ou ainda, de ligação, e que a interpretação é utilizada apenas em alguns momentos. Nas palavras do autor:

Resumidamente: toda psicanálise é, em grande parte, dedicada à psicoterapia, ou seja, à auto-historização do sujeito, com o auxílio mais ou menos ativo do analista. Mas o ato psicanalítico [interpretação] – bastante raro, às vezes – é outra coisa. Obra do desligamento, ele tenta fazer surgir novos materiais para uma historização profundamente renovada (*ibid.*, p. 263).

3. Conclusão

O objetivo deste artigo foi retomar algumas das possíveis intervenções do analista em sua caixa de ferramentas. Para tal, foram retomadas as técnicas

da associação livre, do assinalamento, da ligação, da tradução, da construção, das simbolizações de transição e da interpretação. Também foram retomadas algumas teorizações metapsicológicas gerais do funcionamento psíquico em determinados cenários psicopatológicos, com o intuito de delimitar o objeto de trabalho e estabelecer uma correspondência mais precisa e efetiva com a técnica adequada.

A proposta deste artigo também aborda, ainda que indiretamente, outra questão que parece ser importante e que, por vezes, seja por desconhecimento ou negligência, acaba não sendo elaborada de maneira suficientemente clara: o material psíquico não é homogêneo, e cada objeto demanda uma ferramenta específica. Apesar de uma afirmação simples e, por vezes, até óbvia para o leitor, ela pode ser levada às suas últimas consequências quando o analista se vê diante da dúvida sobre qual intervenção realizou com o analisando. Questão que, em última análise, revela uma fissura no exercício da racionalidade própria ao pensamento teórico-clínico.

Laplanche também nos ensina que, assim como o analisando estará sempre aberto para novas possibilidades tradutivas que sejam mais englobantes, o analista também permanece aberto em sua *formação interminável*. Também ele, munido de sua análise pessoal, da supervisão com pessoas com uma trajetória clínica maior e de um estudo continuado será, cada vez, mais capaz e potente para realizar o seu trabalho analítico e mais apropriado de seu método.

Bibliografia

Bleichmar, S. *Simbolismo e transição: modos de intervenção em patologias graves* (Conferência não publicada). 1998.

Bleichmar, S. *Do motivo da consulta à razão de análise e outros ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Zagodoni, 2015.

Etchegoyen, R. H. *Fundamentos da técnica psicanalítica*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Freud, S. (1895) Estudos sobre a histeria. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006a.

Freud, S. (1895) Projeto para uma psicologia científica. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006b.

Freud, S. (1896) Carta 52. In: Freud, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: 2006.

Freud, S. (1900) A interpretação dos sonhos. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: 2006.

Freud, S. (1937) Construções em análise. In: Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: 2006.

Hanns, L. A. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Laplanche, J.; Pontalis, J. B. *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Laplanche, J. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano*. Porto Alegre: Dublinense, 2015.

Élvis Hermann Bonini

Av. Brasil Oeste, 506

Centro, Passo Fundo – RS

boninielvis@gmail.com

© Constructo Revista de Psicanálise